

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE
DIRETORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EJA

AÇÃO/ DESAFIOS/ PROPOSTAS PARA 2011	
<p>1. DOCUMENTO FINAL_CONAE 2. MARCO DE AÇÃO DE BELÉM 3. AGENDA TERRITORIAL 4. CARTA AO CONSED 5. DOCUMENTO BASE NACIONAL</p>	
AÇÃO/ DESAFIOS	PROPOSTAS
<p>Regulamentação do Regime de Colaboração/ Governança: *Participação da União na cooperação técnica e na determinação de transferências regulares e contínuas de recursos (1); entes federados com baixos índices de desenvolvimento socioeconômico e educacional (1 e 2) superação das desigualdades regionais (1); regionais e locais das populações nos projetos político-pedagógicos, bem como garantir acesso, permanência e continuidade de estudos a populações isoladas geograficamente dos centros urbanos(5) educativo e do setor produtivo (1) implementação e fortalecimento do atendimento e da qualidade da educação de jovens e adultos (5)</p>	<p>*Regulamentação do Art. 211 da Constituição Federal, que trata do Regime de colaboração (1) critérios indicadores o IDH, altas taxas de pobreza, índice de fragilidade educacional na oferta de EJA (1) financiamento da educação, considerando a participação adequada dos diferentes níveis de governo (1) referenciais de qualidade (1) *Construção de uma política de financiamento, ancorada na perspectiva do CAQ *Articulação entre educação, ciência e tecnologia (1)</p>
<p>*Definir a responsabilidade dos entes federativos quanto à</p>	<p>*Definir critérios indicadores o IDH, altas taxas de pobreza, índice de fragilidade educacional na oferta de EJA, dentre outros, que permitam indicar aqueles que mais demandam apoio para a garantia do CAQ (2) *- criar e manter mecanismos para o envolvimento de autoridades públicas em todos os níveis administrativos, de organizações da sociedade civil, de parceiros sociais, do setor privado, da comunidade e organizações de educandos adultos e de educadores no desenvolvimento, implementação e avaliação de políticas e programas de aprendizagem e educação de adultos - Promover e apoiar a cooperação intersetorial e interministerial - Governança (2)</p>
<p>*Construir políticas públicas de Estado articuladas e de qualidade para jovens e adultos, reconhecendo a intersectorialidade nos avanços da EJA e priorizando questões como a relação entre a EJA e o trabalho, a saúde, o meio ambiente, a cultura e a comunicação, considerando as necessidades das diferentes faixas etárias. (5)</p>	
<p>Educação profissional: uma educação profissional de qualidade (1) *Construir uma educação profissional que atenda, de modo qualificado, as demandas crescentes por formação (1)</p>	<p>*Consolidar a expansão de</p> <p>*Ampliar a rede federal de educação tecnológica, sobretudo com a criação dos Ifet (1) *Ampliar de vagas nas instituições federais de educação tecnológica (1) *Convênios entre empresas e instituições de ed. profissional (1) *Estimular instituições, empresas e organizações para que realizem em seus quadros de pessoal, levantamento de pessoas não-alfabetizadas ou com ensino fundamental e médio incompletos, e que encaminhem providências para a formação básica de todos os sujeitos identificados (5) *Atendimento às demandas produtivas e sociais locais, regionais e nacionais, em consonância com o sustentabilidade socioambiental e com a inclusão social (1) *Garantir que os diferentes formatos institucionais e os diferentes cursos e programas na área tenham forte inserção na pesquisa e na extensão(1) *Levantar dados relativos à demanda de educação profissional integrada à educação básica que configurem a oferta de política pública permanente, ultrapassando a condição de programa, de situação temporária (5)</p>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE
DIRETORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EJA

	*Ampliar políticas públicas de geração de emprego, trabalho e renda, estimulando a expansão do programa "primeiro emprego"(5)
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE
DIRETORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EJA

<p>Garantia de acesso, a permanência e o sucesso *Garantir continuidade em processos educativos considerando a perspectiva de educação e aprendizagens ao longo da vida nos contextos formais e não formais - Planejar e implementar a educação continuada, a formação e o desenvolvimento de competências para além das habilidades básicas de alfabetização, com o apoio de um ambiente letrado enriquecido; -Estimular a aproximação do setor educativo e do setor produtivo, na perspectiva da sustentabilidade socioambiental local, regional e nacional; -articulação entre educação, ciência e tecnologia contribui, inclusive, para ampliar e consolidar as políticas direcionadas à educação profissional e tecnológica em curso no País (2;3)</p>	<p>*Consolidar uma política de EJA, ao longo da vida, inclusive para os privados de liberdade - gestão e financiamento que assegure isonomia de condições da EJA em relação às demais etapas e modalidades da educação básica (1) *Garantir condições para erradicar o analfabetismo no País, com a colaboração dos entes federados - implantação do sistema integrado de monitoramento e avaliação (1) *Alfabetização como prioridade política e foco na cidadania (3) *reconhecer o desempenho dos educandos por meio de métodos e instrumentos de avaliação adequados - utilização da matriz de referência do PBA ; utilizar o documento Princípios , diretrizes....do PBA; ampliar oferta de Formação (2) *reconhecer o desempenho dos educandos por meio de métodos e instrumentos de avaliação adequados (2)</p>
<p>*Formular, de maneira participativa, políticas públicas que se consolidem como política de Estado, levando-se em consideração a diversidade dos sujeitos de EJA, exercitando uma "concepção ampliada de educação de jovens e adultos, que entende educação pública e gratuita como direito universal de aprender, de ampliar e partilhar conhecimentos e saberes acumulados ao longo da vida, e não apenas de se escolarizar", segundo palavras do Documento Nacional preparatório para a VI CONFINTEA. * Fortalecer o diálogo entre os poderes públicos e destes com a sociedade civil, no sentido de ampliar e fortalecer a articulação, formulação, execução e acompanhamento das políticas para jovens, adultos e idosos. Tal é um dos sentidos maiores da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos (3) *Formação (3) *Financiamento(3)</p>	<p>*Criação da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (3) *Entendimento com Organismos Internacionais, como a UNESCO, por exemplo, ressaltando-se a importância da realização no Brasil da VI CONFINTEA (3) *Diálogo permanente com Órgãos Governamentais e Não-Governamentais, sociedade civil, particularmente através dos Fóruns de EJA, dos ENEJAS, da CNAEJA (3) *Diálogo permanente com os Coordenadores Estaduais de EJA (3) *Diálogo permanente com os Fóruns de EJA (3) *Diálogo contínuo com o CONSED e a UNDIME (3) *Diálogo com o Conselho Nacional de Educação (3) *Intersetorialidade com os diversos Órgãos Governamentais, para agregar à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos ações de formação e benefícios complementares (3) *Ampliar mecanismos de divulgação e conscientização do direito à educação de jovens e adultos (EJA) (5)</p>
<p>*Garantir Educação de qualidade (4) ao público jovem e adulto, da alfabetização ao ensino médio - desenvolver critérios de qualidade para os currículos, materiais de aprendizagem e metodologias de ensino em programas de educação de adultos, levando em conta os resultados e as medidas de impacto; reconhecer a diversidade e a pluralidade dos prestadores de serviços educacionais; melhorar a formação, a capacitação, as condições de emprego e a profissionalização dos educadores de adultos (...); elaborar critérios para avaliar os resultados da aprendizagem de adultos em diversos níveis; implantar indicadores de qualidade precisos; oferecer maior apoio à pesquisa interdisciplinar sistemática na aprendizagem e educação de adultos, complementada por sistemas de gestão de conhecimento para coleta, análise e disseminação de dados e boas práticas (2)</p>	<p>*Garantir certificação para os jovens e adultos trabalhadores, considerando avaliação adequada e reconhecimento e validação de saberes adquiridos ao longo da vida - desenvolver ou melhorar estruturas e mecanismos de reconhecimento, validação e certificação de todas as formas de aprendizagem, pela criação de referenciais de equivalência (relacionado com a proposta da Rede Certific; relacionado com ENCCEJA (2; 4) *Discutir o sistema de avaliação para a EJA, na perspectiva de reelaboração da proposta para melhor atender as especificidades deste público que aspira a elevação de escolaridade(4) *Garantir oferta e condições de continuidade de escolaridade no sistema público de ensino para jovens e adultos (1)</p>
	<p>*AT-Plano estratégico- encaminhamento dos egressos do PBA às turmas EJA da rede pública de ensino; investir na formação dos alfabetizadores e educadores EJA; incorporar materias adequados (PNLDEJA; CLPT) (2) *implementar políticas públicas que promovam a integração da EJA com setores da saúde, do trabalho, meio ambiente, cultura e lazer...(1)</p>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE
DIRETORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EJA

<p>* Ampliar a oferta de EJA definindo metas para a elevação da matrícula, permanência e melhoria da qualidade - Integração da EJA da Rede Estadual com a educação profissional da Rede Federal. Ofertar de exames para certificação dos educandos da EJA; Proposta de avaliação para reconhecimento, validação e certificação de conhecimentos e saberes - ENCCEJA e REDE CERTIFIC(4) *Garantir, em parceria com a sociedade civil, condições satisfatórias à mulher para cursar a EJA, bem como possibilitar espaços apropriados como ludotecas e/ou creches em que fiquem seus filhos, com profissionais habilitados e em segurança, durante os horários de estudo(5).</p>	<p>*Realizar a chamada pública de matrícula e ampla divulgação dos exames de certificação; Compreender os motivos da evasão e criar mecanismos para revertê-la (4) *Articular com os municípios, em regime de colaboração, a ampliação de oferta de eja garantindo a continuidade dos estudos dos egressos dos programas de alfabetização.(4) *Realizar, na Agenda Territorial, a avaliação dos programas que envolvem a EJA e a educação profissional, buscando aprimorar políticas intersetoriais. Definir estratégias e metas; Implementar o disposto nos decretos nº 6633 e 6635 de 5 de novembro de 2008(4)</p>
<p>*Propor políticas de acesso e permanência a educandos de EJA no ensino fundamental e médio, assim como acesso à universidade pública e gratuita(5) *Reafirmar o direito ao acesso e permanência, em todos os níveis de ensino das redes públicas, de educandos jovens e adultos egressos de programas de alfabetização (5) *Reafirmar o direito ao acesso e permanência de educandos com necessidades educativas especiais, com estrutura material, recursos didáticos, profissionais habilitados e segurança, para adequado atendimento às suas especificidades (5)</p>	<p>*Estimular e apoiar a formação de leitores/mediadores (1) *Política de formação permanente específica para o professor que atue nessa modalidade de ensino (1) *Reconhecer e institucionalizar as escolas itinerantes (1) *Definir estratégia para diminuir paulatinamente os altos custos com transporte escolar(1) *Fomentar aos educandos de EJA, conforme explicitado nos desafios desse documento, condições de apoio ao acesso e à permanência na escola, tais como: alimentação adequada no período de escolarização; transporte público e escolar quando necessário; material específico para a EJA; educadores/professores habilitados; instalações apropriadas; projeto pedagógico adequado à diversidade de sujeitos (5)</p>
<p>Fomentar aos educandos de EJA, conforme explicitado nos desafios desse documento, condições de apoio ao acesso e à permanência na escola, tais como: alimentação adequada no período de escolarização; transporte público e escolar quando necessário; material específico para a EJA; educadores/professores habilitados; instalações apropriadas; projeto pedagógico adequado à diversidade de sujeitos (5)</p>	<p>*Alimentação adequada no período de escolarização; transporte público e escolar ; material específico; educadores professores/as habilitados, instalações apropriadas; projeto pedagógico adequado à diversidade dos sujeitos (1) *Contratação de professores, compra de material didático, adequação de espaços físicos, disponibilidade de transporte e alimentação escolar e complementação de recursos financeiros dos orçamentos federal, estadual, distrital e municipal (1) *acesso irrestrito à infraestrutura existente na escola (1)</p>
<p>*Propor políticas educacionais específicas que atendam sujeitos da faixa etária de 14 a 18 anos na educação básica regular, com aprendizagem de qualidade(5) *Assegurar às escolas equipamentos e acesso a tecnologias da informação e da comunicação (TICs) (5)</p>	<p>*Diversificar o calendário escolar de acordo com necessidades regionais, na organização da oferta de EJA, garantido no projeto político-pedagógico e no regimento, horários diversificados e flexíveis - turnos matutino, vespertino e noturno, desvinculando o ano letivo do ano civil, atendendo a diversidade de demandas existentes na sociedade e possibilitando o acesso de todos à educação, a permanência e o sucesso nas trajetórias escolares, pelo respeito aos tempos dos educandos de EJA (5).</p>
<p>Inserção social: Criação de maiores oportunidades educacionais e de desenvolvimento econômico-social no País (1)</p>	<p>* A ampliação da gratuidade em cursos e programas de educação profissional, oferecidos pelo Sistema "S" (1) * Consolidar o que prevêem os Decretos nº. 6.632/2008, nº. 6.633/2008, nº. 6.635/2008 e nº. 6.637/2008 - cursos gratuitos (1) * Com carga horária apropriada (1) * tendimento aos jovens que não têm acesso à universidade (1)</p>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE
DIRETORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EJA

<p>FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO</p> <p>uma Política Nacional de Formação e Valorização dos/das Profissionais da Educação, garantindo o cumprimento das leis: nº. 9.394/96, nº. 12.014/09 e n. 11.301/2006 (1)</p> <p>profissionais do magistério atuantes em EJA (1)</p> <p>*Institucionalizar</p> <p>*Proporcionar formação continuada aos</p> <p>*Abordagem sistêmica (3)</p> <p>*Estabelecer, em curto prazo, políticas de formação inicial e continuada em nível de graduação e pós-graduação voltadas a profissionais que atuam na EJA, com o concurso das universidades estaduais e federais, com hora de formação remunerada e equipes multidisciplinares nas escolas para atuar com educandos de EJA, admitindo-se o envolvimento de segmentos governamentais e não-governamentais, por meio de parcerias(5).</p>	<p>*Construção de medidas fortes e eficientes no processo da formação docente (1)</p> <p>*Criar condições de permanência de professores na modalidade EJA (1;5) *Priorizar, no processo de lotação, professores com formação inicial e específica na modalidade EJA, e criar mecanismos que possibilitem ao docente ser lotado em uma só escola e na mesma modalidade(5).</p> <p>*Incorporar ao planejamento e orçamento do MEC a formação e qualificação de educadores/as de EJA(1; 5) *Fomentar a habilitação, nos níveis médio e superior, de educadores populares vinculados a movimentos de alfabetização do campo e da cidade (1)</p> <p>*Prover ampliação de quadro docente nas Ifes (1)</p> <p>*Criar grupos de trabalhos permanentes nos órgãos gestores (1)</p> <p>*Editais de formação para as Instituições de Ensino Superior (3)</p> <p>*Rede de formação de educadores de EJA (3)</p> <p>*Seminários nacionais de formação de professores (3)</p> <p>*Plano de Ações Articuladas/PDE (3)</p> <p>*Financiamento - Apoio financeiro a ações nos Estados e Municípios (3)</p> <p>*Busca da participação cada vez mais crescente das IES, na pesquisa, na definição de políticas públicas, no apoio às ações dos Estados e Municípios, através do atendimento aos editais emanados da SECAD, contribuindo, entre outras ações, para a formação de professores (3) *Fomentar a perspectiva popular e intersetorial na formação inicial e continuada de profissionais que atuam na EJA, com aprofundamento da compreensão sobre a geração de sustentabilidade e renda (5) *Fomentar programas de formação (graduação e pós-graduação) para educadores de EJA e técnicos das redes públicas, em turno compatível com o exercício da docência, levando em consideração a diversidade de sujeitos da EJA (5)</p> <p>*Estimular, na formação docente inicial e continuada, a formação digital (5)</p> <p>*Fomentar a formação do professor indígena e o acesso ao trabalho docente nas escolas indígenas(5)</p>
	<p>*Estimular a participação de gestores de políticas públicas em cursos de formação continuada, para efetivar o diálogo sobre a EJA e suas especificidades e promover a intersetorialidade(5)</p> <p>*Fomentar a qualificação de gestores de EJA para acesso ao sistema estatístico nacional e para conhecimento da legislação pertinente, com vista à utilização de recursos informacionais, legais e de financiamento, em atendimento a necessidades e demandas desta modalidade de ensino(5)</p> <p>*Fomentar o acesso e a discussão, nas escolas, nos fóruns, nas secretarias de ensino, nas universidades, de experiências significativas em EJA e de documentos básicos de políticas de diversos setores sociais, como: Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PNQ) e Planos Territoriais de Qualificação(PLANTEQS)(5)</p> <p>*Fomentar a habilitação, nos níveis médio e superior, de educadores populares vinculados a movimentos de alfabetização do campo e da cidade(5)</p>
	<p>*Prover ampliação de quadro docente nas IFES que viabilize a formação lato sensu e stricto sensu de professores do ensino médio e de graduação, vinculada à educação tecnológica(5)</p> <p>*Educação fiscal - Garantir que os conteúdos da educação fiscal para cidadania componham currículo obrigatório na formação dos profissionais de educação (1)</p>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE
DIRETORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EJA

	<p>*política de materiais didáticos e literários para EJA, citando os Programas Nacionais do Livro Didático para Alfabetização e para EJA – PNLA e PNLDEJA, o Concurso Literatura para Todos, os Cadernos de Leitura, tudo com atenção para a diversidade (3) *A melhoria no acompanhamento do Programa Brasil Alfabetizado, através da contratação de consultores e coordenadores (3) *Fortalecimento das redes sociais (3) *atenção para a necessidade de se levar em consideração na formação dos jovens e adultos a questão do mundo do trabalho (3) *Apoio à criação da Cátedra UNESCO de EJA, com sede na UFPB e participação da UFPE e da UFRN, bem como aos Centros de Referência em EJA (3)</p>
<p>Financiamento *Garantir no mínimo 6% do PIB em educação para garantir o atendimento de todas as pessoas jovens e adultosem processos de alfabetização e EJA (2)</p>	<p>*Considerar um valor diferenciado para os estabelecimentos que atendam EJA *Adequar e reestruturar os prédios... disponibilizar mobiliário adequado *Oferta de merenda escolar de qualidade. *Definir formalmente o CAQ *Ampla fiscalização social em sua implementação. *Realizar e divulgar estudos sobre os custos adequados *Acelerar o cumprimento da recomendação da V CONFINTEA de buscar investimentos de no mínimo 6% do PIB em educação, e buscar trabalhar pelo incremento de recursos na aprendizagem e educação de adultos; expandir os recursos educacionais e orçamentos em todos os setores</p>
<p>*Defender e encaminhar proposta de equivalência dos percentuais da EJA no FUNDEB aos demais da educação básica, ampliando recursos financeiros a ela destinados, melhorando o sistema distributivo, e promovendo condições de qualidade e ampliação de matrículas na EJA (5) * Redirecionar imediatamente os recursos do MEC que atualmente são orientados ao Sistema S e a setores empresariais para as esferas públicas federal, distrital, estaduais e municipais (5)</p>	<p>governamentais para cumprir os objetivos de uma estratégia integrada de aprendizagem e educação de adultos; priorizar investimentos na aprendizagem ao longo da vida para mulheres, populações rurais e pessoas com deficiência - Acompanhamento da utilização dos recursos do FUNDEB (2) *Garantir recursos financeiros complementares ao FUNDEB, para a viabilização da oferta de continuidade da escolarização pós-alfabetização, possibilitando condições estruturais - contratação de professores, material didático, adequação de espaços físicos, transporte e alimentação escolar - indispensáveis à área, sem o que não haverá efetividade das ações desenvolvidas pelo Programa Brasil Alfabetizado (5) *Assumir a responsabilidade de repassar recursos rigorosamente dentro dos prazos para os programas que oferta (5) *Acompanhar a efetiva aplicação dos recursos de seus programas destinados à EJA(5) *Aperfeiçoar mecanismos de regulação e controle social sobre as instituições de ensino superior (5) * 2. Fortalecer os conselhos de controle social do FUNDEB (5)</p>
<p>Administração dos recursos</p>	<p>*Determinar que o orçamento da educação seja administrado sempre pelas secretarias de educação e não pelas secretarias de governo, fazenda ou suas correlatas(1) *Criação e instituição da Lei de Responsabilidade Educacional e alterações de dispositivos da LRF que limitam os avanços na ed. (1) * Constituir as secretarias de educação municipais, estaduais e distrital como unidades orçamentárias (1)</p>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE
DIRETORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EJA

<p>Consolidação de política para EJA: política de EJA e idosos (1) *Consolidar uma política de EJA pautada pela inclusão e qualidade social e alicerçada em um processo de gestão e financiamento (1) *Estabelecer mecanismos para a oferta, acompanhamento e avaliação da EJA sob a forma de educação a distância (1) *Consolidar, nas instituições de ensino, uma política de formação permanente (1) especial (1) *Inserir, na EJA, ações da educação *Fomentar assistência a educandos com dificuldades de aprendizagem detectadas por equipe multidisciplinar assim como a continuidade de estudos para aqueles com necessidades educacionais especiais, após avaliação de rendimento em período de escolarização, bem como a garantia de participação em programas de formação para o trabalho (5)</p>	<p>*Consolidar uma política de EJA pautada pela inclusão e qualidade social e alicerçada em um processo de gestão e financiamento (1) *Estabelecer mecanismos para a oferta, acompanhamento e avaliação da EJA sob a forma de educação a distância (1) *Consolidar, nas instituições de ensino, uma política de formação permanente (1) especial (1) *Inserir, na EJA, ações da educação *Fomentar assistência a educandos com dificuldades de aprendizagem detectadas por equipe multidisciplinar assim como a continuidade de estudos para aqueles com necessidades educacionais especiais, após avaliação de rendimento em período de escolarização, bem como a garantia de participação em programas de formação para o trabalho (5)</p> <p>* garantia da formação integral (alfabetização e das demais etapas de escolarização), ao longo da vida, inclusive para os idosos e os que estão privados de liberdade (1) * assegurar isonomia de condições em relação às demais etapas e modalidades da educação básica, na implantação do sistema integrado de monitoramento e avaliação(1)</p>
<p>*Estimular o atendimento à EJA com equipes especializadas integradas por psicólogos, psicopedagogos, oftalmologistas e outros (5) *Promover o princípio do direito de aprender, ampliando conhecimentos ao longo da vida e não apenas escolarizando.</p>	
<p>*Desenvolver cursos e programas que favoreçam a integração da educação profissional à educação básica na EJA (1) em horários alternativos ao noturno (1) escolas indígenas (1) educandos com dificuldades de aprendizagem detectadas por equipes especiais(1)</p>	<p>*Garantir EJA *Implantar a EJA nas escolas indígenas (1) *Fomentar assistência a educandos com dificuldades de aprendizagem detectadas por equipes especiais(1)</p>
<p>*Assegurar o direito ao acesso e permanência de educandos com necessidades educacionais especiais (1) técnico às secretarias de ed. movimentos sociais e populares (1) *Definir a responsabilidade dos entes federativos quanto à implementação e fortalecimento do atendimento e da qualidade da EJA (1) permanência a egressos de programas de alfabetização (1) - Garantir a oferta de alfabetização para todos os públicos, considerando suas especificidades (população prisional, do campo, indígena, quilombola; , genero, etnia etc.(1, 2) *Levantar dados relativos à demanda de EJA no campo, ampliando a oferta existente(5) *Garantir as condições estruturais para a efetividade das ações desenvolvidas pelo programa Brasil Alfabetizado (1) atendimento educacional a sujeitos não alfabetizados oriundos de outros estados (1) *Garantir aos educandos de EJA condições de apoio ao acesso e à permanência (1) *Garantir ações afirmativas de gênero e geração de trabalho e renda (1)</p>	<p>* PBA; AT- planos estratégicos; FUNDEB- garantir utilização de recursos: -concentrar as ações de alfabetização nas mulheres e populações extremamente vulneráveis, incluindo povos indígenas e pessoas privadas de liberdade, com um foco geral nas populações rurais -desenvolver e implementar políticas que contem com pleno financiamento, planos bem focados e legislação para garantir a alfabetização de adultos, a educação de jovens e adultos e aprendizagem ao longo da vida (2)</p>
<p>*Reconhecer a EJA como direito do cidadão (5) *Assegurar política nacional de valorização da EJA, envolvendo todas as esferas de poder (União, Estados e Municípios), a começar por órgãos do governo federal (5) *Garantir a realização de censo escolar nacional específico para a EJA e constantes chamadas públicas nos diversos meios de comunicação para matrículas nos diferentes sistemas de ensino (5)</p>	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE
DIRETORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EJA

<p>Intersetorialidade em EJA *Natureza interdisciplinar e transversal: educação e direitos humanos, saúde, cultura, trabalho, meio ambiente (3;5)</p>	<p>* diálogos, parcerias horizontais, intersetoriais e articuladas, entre vários setores do MEC e entre escolas da Rede Federal, em programas de escolarização de jovens e adultos e trabalho (1;5) *Inclusão da EJA nos programas de alimentação escolar e transporte · articulação entre o Programa Brasil Alfabetizado e a continuidade das aprendizagens ofertadas pela EJA (3) *Promover ações afirmativas e intersetoriais de não-violência, propiciando a cultura da paz.(5)</p>
<p>Controle social em EJA: *Aperfeiçoar mecanismos de regulação e controle social sobre as IES quanto à formação de professores (1) * Estabelecer critérios para normatização e fiscalização da oferta de EJA (1) *Fiscalizar a oferta de cursos aligeirados e a distribuição de certificados sem efetividade e qualidade na oferta de cursos de EJA (1) *Considerar a demanda social por formação específica para EJA, na definição dos editais de contratação de professores (1) *implementação das políticas e das ações para a EJA com base nas diretrizes acordadas no Marco de Ação de Belém - Ampliar o diálogo e a participação com e da sociedade civil- controle social (4)</p>	<p>*Contribuir para a mobilização e fortalecimento das comunidades locais (1) *Assegurar que as secretarias de estado da educação atuem junto aos conselhos estaduais de educação (1) *Criar fórum permanente para discussão da implementação e consolidação das metas da educação do campo nos planos nacionais, estaduais, municipais e distrital de educação (1) *Aprofundar a relação com conselhos estaduais, municipais e distrital de educação (1;5) *regulamentação do conjunto das diretrizes educativas do campo, publicadas pelo CNE, e, onde houver conselho municipal de educação, estimulem/ apóiem os municípios para assim procederem (1). *interferir na elaboração de normatizações que atendam, de fato, as necessidades dos sujeitos da EJA (1)</p>
<p>*Criar estratégias conjuntas com outros órgãos de governo, a sociedade e os fóruns de EJA para socialização do documento brasileiro formulado em preparação à VI CONFINTEA(5) *Garantir a publicação e a divulgação a educadores e educandos do documento brasileiro formulado em preparação à VI CONFINTEA e demais documentos pertinentes à EJA(5)</p>	<p>*Acompanhar as condições de oferta da EJA nas unidades escolares, no sentido de garantir a qualidade social dessa educação(5)</p>
<p>*Concretizar a alfabetização e EJA fundamentada nas orientações e diretrizes do Marco de ação de Belém (2) *Fomentar a participação da sociedade na definição de políticas públicas para a EJA em todos os níveis de governo, de forma a contemplar reais necessidades dos alunos no que se refere a currículo, metodologia, avaliação, idade de ingresso, duração de cursos, criando possibilidades de práticas alternativas de ensino e aprendizagem (5) *Considerar experiências acumuladas pelos movimentos sociais, organizações não-governamentais e instituições do terceiro setor na construção de políticas de EJA (5) *Garantir participação social na gestão das políticas públicas de EJA. (5)</p>	<p>*investir em um processo para desenvolver um conjunto de indicadores comparáveis para a alfabetização como um continuum e para a educação de adultos; colher e analisar regularmente dados e informações sobre participação e progressão em programas de educação de adultos, por gênero e outros fatores (...); estabelecer um mecanismo de monitoramento regular para avaliar a implementação dos compromissos assumidos na CONFINTEA VI; elaborar um relatório de progresso nacional para um balanço intermediário da CONFINTEA VI, coincidindo com o prazo da EPT e dos ODM de 2015; apoiar a cooperação Sul-Sul (...) nas áreas de alfabetização de adultos, educação de adultos e aprendizagem ao longo da vida; monitorar a colaboração da educação de adultos em todos os campos de conhecimento e em todos os setores, como agricultura, saúde e emprego (2)</p>
<p>* Ampliar o apoio técnico às SEEs/SMEs e movimentos sociais e populares que atuam com EJA, visando à melhoria da qualidade da educação oferecida a jovens e adultos(5) *Exercer controle social e intensa fiscalização sobre a propaganda e propostas de instituições nãoacreditadas de EJA que oferecem venda de serviços (cursos e exames supletivos) em tempos inaceitáveis para a conclusão de níveis de ensino e certificação de educandos, por seu caráter mercantil, incompatível com um direito humano e pelo desrespeito à cidadania, às quais cabe interpor ações de lesa-cidadão(1;5)</p>	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE
DIRETORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EJA

<p>Concepções de EJA</p> <p>*Aspectos didático-pedagógicos: *Construir para a EJA, intersetorialmente, matriz de referência curricular de formação integral (saúde, ambiente, cultura, comunicação, trabalho e segurança) com ampliação do conceito de sujeito de direito. Reafirmar a concepção de economia popular e solidária na organização de currículos de EJA, na perspectiva da formação humana e solidária, mais cooperativa e coletiva(5)</p> <p>*Estimular CONSED e UNDIME, Conselhos Nacional, Estaduais, Municipais, Distrital e os próprios Fóruns de EJA para que apresentem e divulguem nas entidades e sistemas a lei que regulamenta o ensino de História e Cultura Afro-Descendente e Indígena (5).</p> <p>*Reafirmar a necessidade de inclusão, no currículo, de temas que valorizem o respeito a fases da vida, compreendendo-as no âmbito de suas culturas específicas e buscando a superação de conflitos geracionais(5)</p>	<p>*Promover a educação inclusiva pautada nos direitos humanos e no reconhecimento da diversidade (1; 5)</p> <p>*Respeito às diversidades étnica, racia, cultural, de gênero, ambiental, regional e social(3)</p> <p>*Fomentar ações afirmativas de gênero e geração de trabalho e renda que contribuam para a superação da desigualdade socioeconômica entre os educandos da EJA, considerando a diversidade cultural e social como bandeira de luta na promoção da igualdade e como subsídio na proposição de políticas públicas, face à história da sociedade de classes brasileira, hierárquica e autoritária (5)</p> <p>*Estimular a concepção de projetos que contemplem a pedagogia da alternância (1;5)</p> <p>*Promover educação não sexista que combata a homofobia e todas as formas de discriminação e preconceito(1;5)</p>
<p>*Estimular a inclusão, nos projetos político-pedagógicos de EJA, de princípios e valores para um futuro sustentável definidos em documentos, particularmente a Carta da Terra e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, com ênfase nos novos desafios que as mudanças climáticas trazem para a espécie humana e para toda a teia da vida(5)</p> <p>*Estimular o debate dentro do processo nacional de revisão da LDBEN, no tocante à idade e a tempos de acesso à EJA(5)</p> <p>*Promover o debate entre SEB, SECAD e Sistemas sobre idade dos educandos que chegam à EJA, considerando a necessidade de garantia da qualidade dos processos educativos(5)</p> <p>*Estimular o debate nacional sobre as formas de organização curricular da EJA – presencial, semipresencial e à distância(5)</p> <p>*Fortalecer a discussão e a mobilização para a inserção do termo “ambiente virtual multimídia” como um dos espaços educativos previstos no art. 1º da LDBEN(5)</p> <p>*Assegurar recursos para publicação e divulgação da produção científica e cultural dos educadores e educandos de EJA(5)</p>	<p>*Promover o princípio do direito de aprender, ampliando conhecimentos ao longo da vida e não apenas escolarizando (5)</p>
<p>*Formular políticas de livros e materiais didático-pedagógicos para o ensino fundamental e médio da EJA nas redes públicas de ensino, e suas respectivas parcerias, assegurando distribuição gratuita(5)</p> <p>*Produzir e apoiar técnica e financeiramente a elaboração e publicação de materiais pedagógicos de EJA respeitadas a diversidade dos sujeitos e suas especificidades(5)</p> <p>*Realizar pesquisa nacional para avaliar a efetividade e o sentido dos exames em EJA, sejam eles de base estadual ou nacional, para estabelecer política adequada de certificação dos educandos(5)</p> <p>*Assumir, como princípio, a dimensão do mundo do trabalho e da educação profissional na política de educação de jovens e adultos, na perspectiva de currículo integrado.</p> <p>*Promover educação não-sexista que combata a homofobia e todas as formas de discriminação e preconceito.</p>	<p>*Organizar currículos adequados à especificidade dos educandos de EJA: concepção ampla de currículo (redimensionamento das formas de organização e de gestão do tempo e espaço pedagógicos); Favorecer a ampliação do conceito de saúde; Inclusão, no currículo, de temas que valorizem a vida (1)</p> <p>*Realizar estudos e discussão, envolvendo diversos atores, sobre conhecimentos e saberes produzidos por jovens e adultos; *Assegurar recursos para publicação e divulgação da produção dos educadores e educandos da EJA - Encaminhar às instituições de ensino, materiais pedagógicos, textos, publicações no âmbito da saúde, do meio ambiente, do trabalho e da comunicação em interface com a EJA (1;5)</p> <p>*Formular políticas, respeitando a diversidade dos sujeitos e suas especificidades (1)</p>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE
DIRETORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EJA

<p>Políticas públicas em EJA: *Garantir participação social na gestão das políticas públicas de EJA (1). *Fomentar a qualidade da educação de jovens e adultos por meio de políticas públicas de Estado, no que concerne a aspectos estruturais e pedagógicos (1,3) *Formular políticas públicas que garantam a democratização do acesso a bens culturais(1) *Propor políticas de acesso e permanência a estudantes de EJA no ensino fundamental e médio *Fomentar a participação da sociedade, considerando experiências acumuladas pelos movimentos sociais, organizações não governamentais e instituições do terceiro setor (1) *Formular políticas públicas de estado para a Educação de Jovens e Adultos setoriais (1)</p>	<p>*Contemplar reais necessidades dos estudantes no que se refere a currículo, metodologia, avaliação, idade de ingresso, duração do curso e criando possibilidades de práticas alternativas de ensino e aprendizagem. Tais políticas devem responsabilizar-se pela oferta de matrículas que integrem programas de alfabetização à continuidade de estudos (1) *Alfabetização -reconhecer o desempenho dos educandos por meio de métodos e instrumentos de avaliação adequados (2) *Garantir condições de infraestrutura para o funcionamento da EJA, como biblioteca, laboratório de informática, quadras esportivas, adequando os espaços para pessoas com deficiência e recursos para a instalação de laboratórios (1) *Implantar políticas públicas que garantam a democratização do acesso a bens culturais(1)</p>
<p>*Formular política pública de Estado para a educação de jovens e adultos que supere a fragmentação de ações em programas e projetos, tomando como eixo integrador o trabalho, a ciência, a cultura e o sujeito na sua integralidade e responsabilizando os sistemas pela oferta de matrículas que integrem programas de alfabetização à continuidade de estudos dos alunos até a conclusão da educação básica (5)</p>	
<p>Gestão pública em EJA *Acompanhar as condições de oferta da EJA nas unidades escolares (1) *Estabelecer políticas de formação inicial e continuada (1) *Implementar sistema de documentação escolar com registro de situações de aprendizagem dos educandos (1;5) *Assegurar a adequação física das escolas bem como material didático/pedagógico(1;5) *Fortalecer e ampliar o atendimento da EJA no campo, com material específico(5) *Investir na produção de material didático adequado às especificidades do público da EJA em número suficiente para professores e alunos, atingindo vários campos da intersectorialidade. *Assumir a responsabilidade pelo monitoramento e avaliação de programas e projetos de EJA (1)</p>	
<p>*Fomentar a construção coletiva de diagnósticos com a participação dos segmentos que ofertam EJA e Fóruns de EJA em direção à construção de um Sistema de Diagnóstico Permanente que apreenda o desempenho da política pública de EJA, de demais políticas intersectoriais que a ela se relacionam e das ações promovidas pela sociedade civil nesse campo (5) *Promover a melhoria da Educação Básica, com o intuito de minorar o fracasso escolar de crianças e adolescentes, reduzindo a demanda por EJA gerada por esse processo de exclusão educacional, ao mesmo tempo que se fortalece a EJA enquanto uma opção do sujeito.</p>	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE
DIRETORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EJA

<p>*Acompanhar o número de educandos matriculados na EJA (1;5) * Promover levantamentos nos programas de alfabetização (1; 5) *Fomentar a produção de dados que viabilizem políticas públicas de acesso e permanência a educandos egressos de programas de alfabetização na rede pública de ensino (5). *Divulgar o montante de recursos recebidos para a EJA e sua aplicação, conforme a legislação vigente (1) * Redirecionar imediatamente os recursos do MEC, que atualmente são orientados a sistemas e a setores empresariais (1) * Assumir a responsabilidade de repassar recursos rigorosamente dentro dos prazos para os programas que oferta (1) * Acompanhar a efetiva aplicação dos recursos de seus programas destinados à EJA(1) *Reafirmar a necessidade de inclusão, no currículo, de temas que valorizem o respeito à vida (1)</p>	<p>*Definir novas metodologias para o registro da EJA nos instrumentos do Censo Escolar(4) *Realizar pesquisa nacional sobre todas as ações de EJA no Brasil — tendo o INEP como responsável - com chamamento em cadeia nacional de televisão e rádio, para que todas as entidades públicas e privadas que desenvolvem ações de EJA (de escolarização e de educação continuada, nos diversos campos do conhecimento - direitos humanos e sociais, gênero, educação ambiental, educação de trabalhadores, saúde etc.) acessem uma página formalmente construída para a coleta de dados, construída segundo opção metodológica que possibilite o cruzamento e o diálogo entre esses dados, para que se mapeie, em definitivo, a EJA, mantendo o cadastro de dados permanentemente atualizado, acompanhado e avaliado pelo poder público (5).</p>
<p>* Realizar estudos socioeconômicos sobre os educandos da EJA (1) * Acompanhar e fiscalizar os números de educandos matriculados na EJA, declarados nos censos escolares (1) *Registro adequado dos dados do Censo Escolar (4)</p>	
<p>* Desenvolver discussão ampla e aprofundada para viabilizar a formação inicial em EJA(1) * Fomentar, junto aos sistemas públicos de ensino, por meio de convênios, políticas públicas de formação de educadores de EJA (1) * Produzir estudos aprofundados sobre necessidades e expectativas da EJA - subsidiar normatizações elaboradas pelos conselhos nacional, estadual e municipal de educação, que venham atender às especificidades (1; 4)</p>	<p>* Garantir a implementação das Diretrizes aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação a respeito da Oferta de Educação nos Estabelecimentos Penais e as Diretrizes Operacionais de EJA (4) *Articular junto aos Conselhos Estaduais de Educação; Rediscutir o fator de ponderação da educação de jovens e adultos no Fundeb, considerando a necessidade de ampliação de financiamento para a modalidade (4)</p>
<p>Educação prisional: *Estabelecer políticas públicas que atendam à necessidade educacional da diversidade dos sujeitos privados de liberdade e em conflito com a lei (1) *Reconhecer a educação das pessoas privadas de liberdade como direito humano (1) *Garantir atendimento de grupos identificados com trajetórias de carências múltiplas; garantir educação de adultos nas prisões - Participação, inclusão e equidade promover e facilitar o acesso mais equitativo e participação na aprendizagem e educação de adultos, reforçando a cultura de aprendizagem e eliminando barreiras à participação; prever e atender grupos identificados com trajetórias de carências múltiplas, especialmente no início da idade adulta; apoiar o desenvolvimento da escrita e da leitura em várias línguas indígenas, desenvolvendo programas, métodos e materiais que reconheçam e valorizem a cultura, conhecimentos e metodologias indígenas (...);</p>	<p>* Fomentar a ampliação do atendimento educacional na modalidade EJA, integrada à formação profissional, em presídios e nas unidades socioeducativas, nestas últimas para sujeitos com idade compatível à modalidade, contando para isso com a formação específica de educadores e professores (1;5) *garantir compatível oferta pública de ensino durante a privação de liberdade e adequada formação continuada para educadores e professores envolvidos/as nessa especificidade (1)</p>
<p>apoiar financeiramente, com foco sistemático</p>	

